

Debandada de técnicos no MME desagrada e aumenta a descrença sobre privatização

Por Daniel Rittner, Camila Maia e André Ramalho | De Brasília, São Paulo e Rio



Moreira: "A capitalização da Eletrobras continua sendo a grande prioridade".

O mercado reagiu mal, com um tombo nas ações da Eletrobras pelo segundo pregão consecutivo, à debandada de seus principais xodós do Ministério de Minas e Energia após o anúncio de Moreira Franco como novo chefe da pasta. Ontem foi a vez de Luiz Augusto Barroso, um prestigiado consultor que assumiu o comando da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em julho de 2016, entregar sua carta de demissão.

Em uma tentativa de acalmar os investidores, Moreira definiu antes mesmo de sua posse, marcada para hoje, a promoção do engenheiro Márcio Félix Carvalho Bezerra ao cargo de secretário-executivo. O posto ficou vago na sexta-feira com a saída de Paulo Pedrosa, um dos mentores da privatização da Eletrobras, deflagrando a primeira

queda dos papéis da estatal. Em apenas dois dias, as ações ON caíram 17,85%.

Barroso e Pedrosa também atuaram juntos no desenho de reforma do setor elétrico, bem recebido pelo mercado, cujo texto já foi encaminhado à Casa Civil e ainda não tem data para seguir ao Congresso Nacional.

"Não posso fazer mais nada", retrucou Moreira, em conversa com o Valor ontem à tarde, ao ser questionado sobre a repercussão negativa de seu deslocamento da Secretaria-Geral para o Ministério de Minas e Energia. "Já disse que nada vai mudar e que a capitalização da Eletrobras continua sendo a nossa grande prioridade", acrescentou, lembrando a incapacidade financeira do governo de fazer novos aportes públicos na estatal. "Ela é a cabeça do sistema e está mal das pernas."

Félix é um nome bastante respeitado no mercado. Atual secretário de Petróleo e Gás, ele foi o articulador da retomada dos leilões do setor e hoje é peça-chave das negociações sobre a revisão do contrato de cessão onerosa à Petrobras. Algumas alas chegavam a apontá-lo como alternativa para a sucessão do ex-ministro Fernando Coelho Filho. Um dos defensores era o presidente da estatal petrolífera, Pedro Parente, que endossava sua nomeação em conversas no Palácio

do Planalto.

A escolha de Félix como nº 2 do ministério dá um impulso aos preparativos do megaleilão no pré-sal que o governo almeja realizar no segundo semestre. A oferta dos excedentes do petróleo cedido à Petrobras em 2010 pode render mais de R\$ 100 bilhões ao caixa da União. Cogita-se fixar um bônus de assinatura parcelado em vários anos, o que tende a melhorar a situação fiscal não só deste, mas do próximo governo.

Moreira enfatiza a intenção de organizar o certame ainda em 2018, mas rejeita o viés arrecadatório. Quer agilidade nos leilões de petróleo e usa uma comparação histórica. "A idade da pedra não acabou por falta de pedra. Temos que aproveitar essa riqueza natural enquanto é tempo."

Por outro lado, a nomeação de Félix provoca dúvidas no setor elétrico, que não identifica claramente um interlocutor claro na equipe do ministério, devido à inexperiência do novo secretário-executivo nessa área específica.

Outra fonte de incertezas é o futuro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O grupo do MDB do Senado tem articulado indicações para ocupar a vaga do diretor-geral, Romeu Rufino, cujo mandato expira em agosto.





Ainda não há confirmação, mas outras duas saídas bastante prováveis do ministério são a do secretário de Geologia e Mineração, Vicente Lôbo, e a do secretário de Energia Elétrica, Fábio Lopes Alves. Lôbo já considera sua missão cumprida. Lopes deve migrar para a presidência da Chesf no lugar de Sinval Gama, cotado para assumir uma das diretorias abertas no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., não deu sinais de seguir a onda. Ele disse que tem "mandato" a cumprir na empresa e

"compromisso" com um trabalho que vem sendo feito.

"O setor elétrico ficou intranquilo com a saída do Barroso e do Pedrosa, porque são técnicos renomados e estavam tocando a pauta das reformas do setor, mas a EPE é uma instituição do Estado. Vamos dar continuidade à pauta que vinha sendo tocada", afirmou ao Valor o atual diretor de petróleo e gás da EPE, José Mauro Coelho, que assumiu a presidência em exercício da estatal de planejamento energético. (Colaboraram Rodrigo Polito, Francisco Góes e Juliana Schincariol, do Rio)

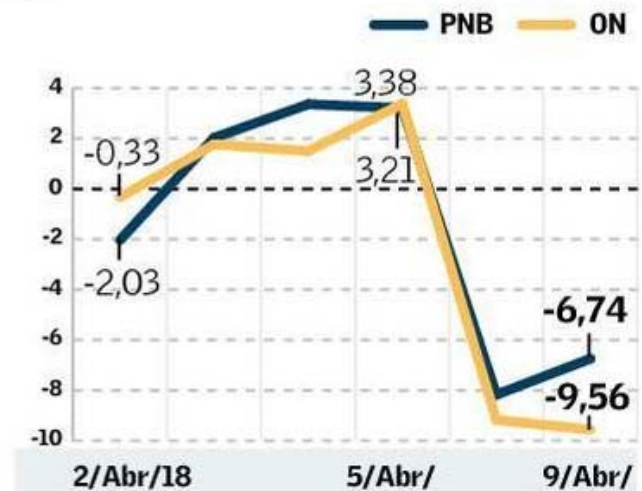
Em queda

Ações da Eletrobras recuam pelo segundo pregão seguido

■ Cotações dia a dia em R\$/ação



■ Variações dia a dia, em %



Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Eletrobras é prioridade "número 1", afirma Félix

Por Cláudia Schüffner | Do Rio

Novo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, o engenheiro Márcio Félix Bezerra disse que a prioridade "número 1" no cargo é a Eletrobras. "Antes de ser engenheiro de petróleo, sou engenheiro elétrico, e acho que é preciso promover o diálogo em torno do marco do setor elétrico, para que ele possa ser votado. E a outra coisa é a Eletrobras. O óleo e gás vai continuar sendo muito bem cuidado mas o tema número 1 é a Eletrobras", disse. "Quem apostar em queda das ações da Eletrobras vai perder."

Félix disse que esteve ontem com Paulo Pedrosa, seu antecessor, e que combinaram conversar nos próximos dias. "Ele vai continuar nos apoiando.

Pedrosa continua no conselho de Itaipu representando a União e combinamos de nos encontrarmos várias vezes para conversar sobre o andamento dos projetos do setor elétrico, para consolidar e concluir o trabalho dele e do ministro Fernando Coelho Filho", afirmou.

Félix procurou acalmar os temores manifestados pelas associações do setor elétrico de que vá dar mais ênfase à área de petróleo e gás, sua origem. "Quando vim para cá e fui conversar com o presidente [da Petrobras] Pedro Parente, ele me perguntou de que lado eu ficaria, se houvesse uma bola dividida entre a Petrobras e a União. Respondi que trabalhei sempre para não ter bola dividida. Mas se tiver alguma, vou trabalhar ao lado do Brasil", disse o executivo, que é funcionário licenciado da estatal.

Reforma e solução de risco hidrológico devem ser adiados

Por Camila Maia e André Ramalho | De São Paulo e do Rio

do escritório Décio Freire & Associados. (Abradee).

Depois de uma leitura inicial negativa, especialistas e empresários do setor elétrico avaliaram que o papel de Moreira Franco como 'pai' do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) reforça sua habilidade de avançar com a privatização da Eletrobras. Outras pautas essenciais, porém, como a solução para o problema do risco hidrológico e a reforma do setor elétrico, devem ficar comprometidas.

A nomeação de um nome político para o comando do Ministério de Minas e Energia (MME) foi considerada uma "surpresa negativa" no setor, que esperava um "técnico" para a pasta. "Não sendo um técnico, ele é o melhor cenário", disse uma fonte.

"O ministro Moreira Franco, por sua atuação à frente do PPI, terá condições de dar efetividade aos projetos já lançado pelo governo, no sentido de buscar a tão almejada modernização do setor elétrico", disse Gustavo De Marchi, advogado

Segundo outra fonte, porém, por mais que Moreira Franco tenha iniciado o diálogo no ministério com a bandeira de privatização da Eletrobras, será difícil a pasta se concentrar em questões importantes e relacionadas à consulta pública 33, feita ano passado e que deu origem a projeto de lei, hoje parado na Casa Civil, que altera o marco legal do setor.

Havia grande expectativa no setor elétrico de que Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo do MME, fosse promovido a ministro. "Agora, a motivação deixou de ser técnica ou econômica para ser política. Então, se as mudanças no setor elétrico representarem uma perda de capital político, poderão não avançar", ponderou um executivo do setor.

"Temos a expectativa de que ele vai escalar uma equipe técnica, usar a capacidade dessa equipe e seu poder de articulação para remover entraves normativos e burocráticos", disse Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica

Até agora, o único nome confirmado é o de Márcio Félix, atual secretário de Petróleo e Gás do MME, que vai passar a ocupar a secretaria-executiva da pasta no lugar de Pedrosa. "Espero que ele equilibre bem os assuntos do segmento de energia elétrica com petróleo e gás", disse Leite. "Ele [Félix] é de altíssimo nível", disse Xisto Vieira, presidente da Associação Brasileira das Geradoras Termelétricas (Abraget).

Organizações de diferentes áreas do setor elétrico já se articulam para manter o diálogo que marcou a gestão de Fernando Coelho Filho. Abraget, Abrademp (de distribuidoras de menor porte), Abrapch (de pequenas centrais hidrelétricas), Abegás (das distribuidoras de gás) e Abragel (das geradoras de energia limpa), enviaram cartas à Moreira cumprimentando pela a nomeação e se oferecendo para contribuir com a formulação das mudanças necessárias. As cartas exaltam a capacidade de articulação de Moreira e sua condução do PPI.

Setor teme 'loteamento' político na Aneel

Por Camila Maia | De São Paulo

Ao mesmo tempo em que retomou o comando do Ministério de Minas e Energia (MME), com a nomeação de Moreira Franco como titular da pasta, fontes no setor já comentam que o MDB assumiria também indicação da maior parte dos nomes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, o único membro da atual diretoria que deve continuar na Aneel é André Pepitone. Ele deve assumir a diretoria-geral do órgão regulador, no lugar de Romeu Rufino. O diretor Tiago Correia, que tem bom trânsito com o mercado, não deve ser reconduzido. Segundo fontes, a indicação para esta vaga está sendo influenciada pelo senador Edison Lobão (MDB-MA). E o MDB de Roraima estaria ainda articulando indicação para uma outra vaga na agência.

"A percepção do mercado é que o MDB está novamente loteando cargos para terminar o mandato", disse uma fonte que pediu para não ser identificada. O Valor apurou que, no caso da Aneel, a percepção de muitos integrantes do setor é a de que os nomes representam notícia preocupante, especialmente porque os mandatos são de quatro anos.

Completariam a diretoria os nomes já divulgados - Rodrigo Limp Nascimento, indicado ano passado para o lugar do ex-diretor José Jurhosa, e Sandoval Feitosa Neto, que atualmente responde pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade e deve ocupar o lugar do ex-diretor Reive Barros.

Atualmente, a Aneel conta apenas com os diretores Rufino, Pepitone e Correia, o que aumenta a urgência das indicações. A reunião ordinária de hoje, por exemplo, foi cancelada por ausência de quórum mínimo para deliberação, pois são necessários no mínimo três votos para que as decisões sejam tomadas.

BNDES se une a fintechs para baratear crédito

Por Raquel Balarin

A concentração bancária no Brasil tem sido especialmente problemática para um público: as pequenas e médias empresas. Nos últimos anos, as linhas de crédito disponíveis para essas empresas diminuíram, ao mesmo tempo em que o risco percebido cresceu, assim como os juros cobrados. Com desemprego na casa dos 13 milhões de pessoas, a opção de empreender, para muitos, passou a esbarrar na falta de recursos disponíveis para investir em máquinas, mobiliário ou até para comprar o primeiro estoque.

Sem crédito fácil nos bancos e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) amarrado por conta de sua dívida com o Tesouro, um novo personagem surgiu para suprir em parte a demanda por recursos de pequenas e médias empresas - as fintechs, empresas tecnológicas com foco em serviços financeiros. Com quase nenhuma regulamentação, essas fintechs passaram a oferecer crédito às empresas, muitas vezes no modelo "peer to peer" (empréstimo entre pessoas), em que ela realiza a análise de crédito de quem quer tomar dinheiro emprestado, dá uma nota e abre em seus sites a possibilidade de pessoas físicas comuns, como eu e você, emprestarem dinheiro para aquela empresa, com uma taxa de

juro predefinida, como faz a Nexoos (www.nexoos.com.br).

Em tempos de juro mais baixo, em que as aplicações financeiras já não rendem tanto, o empréstimo via fintechs pode ser uma opção de retorno maior para o investidor pessoa física. Mas o risco nem sempre é percebido adequadamente pelos aplicadores. É esse equilíbrio difícil que o Banco Central (BC) busca hoje. Até o fim do mês a instituição deve anunciar uma nova regulamentação para as fintechs. "Nosso desafio é realizar essa adaptação e, ao mesmo tempo, garantir que os riscos sejam entendidos de forma apropriada e estejam sujeitos aos requerimentos prudenciais adequados", disse na semana passada o diretor de Regulação do BC, Otávio Damaso. O BC precisa zelar pelo bom funcionamento do mercado, mas não pode estrangular o surgimento das empresas que farão a verdadeira concorrência às instituições financeiras, além de garantir inovações que provavelmente não prosperariam em bancos tradicionais, pelo menos não na mesma velocidade.

Um bom exemplo de como essas fintechs podem ajudar na concorrência e na redução dos juros é o do programa do BNDES que prevê a integração de soluções desenvolvidas por fintechs ao Canal MPME, utilizado pelas pequenas e

médias empresas para pedir empréstimos em linhas do banco. O BNDES abriu no início do ano consulta pública para apoiar fintechs em quatro segmentos: educação financeira, análise de risco de crédito, "matching" (encontro) entre quem quer tomar crédito e instituições que fornecem financiamentos e em leilão reverso, em que as instituições "disputam" quem dará o crédito, o que em geral leva a taxas menores.

Preocupação do BC inclui percepção correta dos riscos

"Nas pequenas e médias empresas, a assimetria de informações é enorme, e isso se traduz nas condições do crédito. A metodologia e a tecnologia de análise de risco de crédito das fintechs geram uma simetria e isso deve se traduzir em um custo mais adequado para essas empresas. Esse é o objetivo", diz Marcelo Porteiro, superintendente de operações indiretas do BNDES. Em outras palavras: com competição e com conhecimento mais abrangente da capacidade de pagamento, o juro cobrado nos empréstimos deve cair.

Na primeira fase, 26 empresas se inscreveram. Dessas, 20 foram selecionadas para realizar uma prova de conceito (POC), em que têm de mostrar que de fato suas tecnologias funcionam e que podem ser





integradas à plataforma BNDES. Muitas delas se apresentaram para mais de uma atividade, como a F(x), que se classificou para apresentar soluções de "matching" e de leilão reverso. A POC deve ser concluída até fim deste mês. No fim de maio, segundo Nelson Tortosa, gerente do departamento de modelagem do banco, os resultados devem ser divulgados. O objetivo é ter algumas soluções já funcionando no segundo semestre de 2018.

No programa do BNDES, as propostas das fintechs estão restritas à integração da plataforma MPME com instituições financeiras. Não há, pelo menos por enquanto, qualquer iniciativa prevista de créditos "peer to peer", diretas, entre tomadores de crédito e investidores pessoa física. Vale a pena acompanhar a iniciativa e ver se, de fato, as taxas de juro cairão. A opção das operações diretas, porém, não deve ser deixada de lado pelo governo, porque representam uma alternativa importante para o financiamento de micro e pequenas empresas. Na regulamentação prevista para o fim do mês, espera-se que essas operações sejam limitadas a R\$ 50 mil. Não será pouco, BC?

Raquel Balarin é diretora de Conteúdo e Negócios Digitais

E - m a i l :
raquel.balarin@valor.com.br





As fintechs selecionadas pelo BNDES

Integração com plataforma do banco começa no segundo semestre

	Educ. financeira	Análise crédito	Matching	Leilão reverso
F(x)				
Biva				
Conta Azul				
Data Risk				
IdTrust				
Serasa				
Nexoos				
Best				
James				
SRM				
B2E Group				
ProScore				
Market Up				
iVArejo				
Wizfee				
IOUU				
Zipernet				
Creditas				
Urbe.me				
Ag. Nota Registrada				
Antecipa Fácil				
Datta				

Fonte: BNDES

Decisão do TCU vai ajudar resultado fiscal

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O governo ganhou uma ajuda inusitada para fechar as suas contas neste ano. Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Banco Central transfira, em 30 dias, os recursos disponíveis na Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-BC) à conta única do Tesouro Nacional.

Em resposta a consulta feita ontem pelo Valor, a instituição informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a atual disponibilidade da Redi-BC - que tem como objetivo custear ações estratégicas do BC - é de R\$ 1,48 bilhão e que os recursos serão transferidos ao Tesouro "no prazo assinalado pela Corte de Contas".

A decisão do TCU foi tomada depois de uma auditoria destinada a verificar se a autoridade monetária havia cumprido ordem de transferência dos recursos da reserva ao Tesouro, proferida pelo Tribunal em 2012. O BC alegou que o TCU não havia especificado prazo para a devolução dos valores do Redi-BC. Para não deixar dúvidas sobre a questão, o tribunal deu um prazo de 30 dias para que a

transferência seja feita (acórdão 711/2018).

O TCU solicitou ainda que o BC adote medidas com vistas à implementação, no prazo máximo de 90 dias, de sistemática na qual os recursos de titularidade desta reserva, que ainda venham a ser recebidos ou recuperados também, sejam transferidos diretamente ao Tesouro, sem que haja necessidade de transitarem pela conta específica da Redi-BC.

Ainda em 2006, em auditoria realizada no BC, os técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) identificaram que os recursos da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central eram executados fora do Orçamento Geral da União. Após fiscalização, os auditores do TCU chegaram à mesma conclusão, considerando indevida a execução dos recursos do Redi-BC sem consignação na peça orçamentária e propuseram o saneamento da irregularidade.

Em 2010, o TCU determinou (acórdão 7.706) que a autoridade monetária se abstivesse de iniciar novos projetos com recursos do Redi-BC sem que suas despesas fossem executadas por meio do Orçamento Geral da União. O BC

recorreu da decisão. Em 2012, o tribunal reafirmou sua posição (acórdão 1.448) e determinou que a instituição mantivesse entendimentos com a Secretaria de Orçamento Federal para que os recursos remanescentes da Redi-BC fossem transferidos ao Tesouro com identificação de fonte específica.

A transferência não foi feita. O BC alegou que o acórdão 1.448 não definiu um prazo para o envio dos recursos da reserva ao Tesouro. Na semana passada, o TCU deu prazo de 30 dias.

A Redi-BC foi regulamentada pela Resolução CMN 3.074, de 24 de abril de 2003, e pelo Voto BCB 234/2003, de 20 de agosto de 2003. Ela incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque) e tem por objetivo, de acordo com o artigo 1º do regulamento anexo à Portaria 37.687/2006, "custear a execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico". (Colaborou Eduardo Campos, de Brasília)

Dyogo deve rever últimas medidas de Paulo Rabello

Por Francisco Góes, Juliana Schincariol e André Ramalho | Do Rio



Dyogo de Oliveira, novo presidente do BNDES, quer banco "ágil e eficiente".

O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo de Oliveira, indicou que deve rever decisões recentes tomadas pelo seu antecessor, Paulo Rabello de Castro, que deixou o cargo para concorrer à Presidência da República pelo PSC. Ontem, ao tomar posse na sede do banco, no Rio, em cerimônia com a presença do presidente Michel Temer, Dyogo afirmou que vai revisar o planejamento estratégico do banco recentemente anunciado por Rabello.

"Da revisão sairão novas metas, novas diretrizes e novo direcionamento do banco", afirmou Dyogo. Ele disse, porém, que a revisão será feita com "serenidade" e sem "açodamento". Outra medida

planejada pelo novo presidente do BNDES, e já antecipada pelo Valor, será o retorno dos diretores do banco às áreas originais. Antes de deixar a instituição, Rabello havia feito uma "dança das cadeiras", mudando os diretores de posição.

Dyogo disse que pediu aos diretores do BNDES que continuem trabalhando "normalmente" até que se faça uma avaliação detalhada da estrutura do banco. Após a posse ontem, Dyogo respondeu rapidamente a perguntas da imprensa, mas preferiu não comentar o plano de Rabello de abrir representações do BNDES nos 27 Estados. "O que é importante é que o BNDES precisa estar mais próximo do cliente. Vamos ser mais ativos, buscar os clientes. Teremos uma ação mais propositiva."

No discurso de posse, Dyogo defendeu a ideia que na "era do juro baixo" o BNDES passará a tratar todas as empresas como clientes que precisam de "agilidade e eficiência" e não como alguém que recebe um "benefício", afirmou, em referência aos subsídios embutidos nas taxas de juros do banco, na época da TJLP. Hoje uma taxa em extinção a TJLP foi substituída nos novos contratos, a partir de janeiro, pela Taxa de Longo Prazo (TLP).

Na visão de interlocutores do BNDES, a presença de Temer e dos novos ministros da Fazenda,

Eduardo Guardia, e do Planejamento, Esteves Colnago Junior, na posse de Dyogo, no Rio, passou um sinal de que o novo presidente do banco terá "carta branca" para fazer as mudanças que entender necessárias nos cerca de nove meses que terá no comando do banco.

No discurso, Dyogo disse que o BNDES será promotor do mercado financeiro e do mercado de capitais de longo prazo, desenvolvendo novos produtos. "Temos que estar ao lado do mercado, não há motivo para haver competição [entre o BNDES e o mercado na oferta de crédito]." E acrescentou: "Se há recursos no mercado para atender uma demanda, o BNDES vai procurar outras alternativas, atuar junto com o mercado desenvolvendo novos produtos, atraindo novos investidores, ampliando [a oferta de] recursos para financiar investimentos", afirmou.

O estímulo do banco ao mercado de capitais é um ponto que deve ser aprofundado na gestão Dyogo no BNDES, mas é algo que Rabello também havia incentivado em sua passagem de dez meses pela instituição. Rabello assumiu o banco em maio de 2017 depois que Maria Silva Bastos Marques renunciou à presidência do BNDES em meio à divulgação de conversas gravadas por Joesley Batista, um dos donos da JBS, com o presidente Temer.





Para Dyogo, no atual cenário de juros e inflação baixos, o BNDES terá um papel diferente. O banco não será "nem maior, nem menor", mas será importante para atender às necessidades de desenvolvimento do país, que serão outras, disse Dyogo. Ele afirmou que no passado o BNDES era o único financiador de infraestrutura do país, algo que está mudando.

"O sistema financeiro privado, o mercado de capitais oferecem alternativas. Elas não atendem plenamente às necessidades, mas estão se desenvolvendo. É papel do BNDES impulsionar essas alternativas", afirmou.

Dyogo disse que uma das reclamações que recebe de investidores é que os projetos demoram a ficar prontos para serem leiloados. "Esse é um papel do BNDES, desenvolver projetos de energia, transporte, infraestrutura urbana, saneamento, mobilidade e fazê-lo rapidamente." Dyogo disse que muitos de seus planos para o banco já estão em curso, mas que pretende acelerar o processo para criar mais impactos na economia.

Governo decide vender Infraero

Privatização da rede de 54 aeroportos renderia até R\$ 15 bi. Congonhas é a joia da coroa

Geralda Doca

-Brasília- O governo bateu o martelo sobre o futuro da Infraero e planeja privatizar toda a empresa, transferindo para o setor privado a rede administrada pela estatal, que inclui 54 terminais, entre aeroportos lucrativos e deficitários. A ideia é copiar o modelo de leilão do setor elétrico, como o que foi feito com a antiga distribuidora de energia de Goiás (Celg), com mudança de CNPJ e transferência de todos os funcionários. Em contrapartida, o novo concessionário poderá explorar o serviço público por um prazo de 30 anos. O chamariz para o investidor é Congonhas, aeroporto que é considerado a joia da coroa, e outros terminais importantes, como Santos Dumont, Belém, Manaus, Curitiba e Goiânia.

O plano do governo é vender pelo menos 51% de toda a Infraero, podendo chegar a 80%. A medida pode gerar uma receita extraordinária entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. O BNDES será contratado para realizar os estudos da modelagem e indicar o caminho mais vantajoso para a União: licitação em lotes ou em um único bloco.

O modelo já era defendido pela

equipe econômica, mas havia resistência da Infraero e de uma ala do governo, que insistia na necessidade de manutenção da estatal para cuidar de terminais deficitários, mas importantes do ponto de vista de integração do país. A alternativa da privatização foi colocada sobre a mesa pela própria Infraero numa reunião com a Secretaria de Estatais (Sest) e outras autoridades do setor, na última sexta-feira, o que acabou surpreendendo técnicos do Executivo. A Sest, segundo interlocutores, apoiou a proposta de forma irrestrita.

OPERAÇÃO DEVE FICAR PARA 2019

Pela proposta, será uma concessão como qualquer outra, cabendo à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) fiscalizar o contrato, a execução dos investimentos previstos e a qualidade do serviço prestado, além de questões relacionadas às tarifas. No encontro, ficou acertado que os próximos passos são levar o modelo aos ministros responsáveis pelo setor e incluir os ativos no Plano Nacional de Desestatização (PND).

Uma das vantagens da proposta é a redução de gastos para a União com funcionários da Infraero, o que daria também um indicativo de maior austeridade com as contas públicas. Por isso, todos os técnicos que participaram do encontro

endossaram o plano alternativo para a estatal — que registra prejuízo por cinco anos consecutivos. O balanço de 2017 fechou no vermelho em R\$ 1,8 bilhão.

Segundo autoridades a par do assunto, a solução resolve o maior problema da Infraero hoje, que é de pessoal. Isso porque, mesmo tendo concedido nove aeroportos, a estatal enfrenta restrições para reduzir o quadro de funcionários.

— Você demite os empregados, eles entram na Justiça e acabam voltando — disse uma fonte da área econômica, citando o caso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a parte urbana da antiga Rede Ferroviária Federal.

Nesse caso, os empregados que foram demitidos entraram na Justiça e conseguiram retornar para a CBTU. Segundo essa fonte, o problema de pessoal da Infraero acabou sendo determinante na proposta de privatizar toda a empresa.

Diante do pouco tempo que ainda resta ao governo do presidente Michel Temer, a ideia é assumir todo o desgaste político agora e deixar tudo pronto para o novo presidente. O objetivo é colocar os estudos em consulta pública para iniciar o debate com a sociedade e fechar a modelagem ainda este ano, disse um interlocutor.





A Infraero negociou com os trabalhadores um acordo que veda demissões até 2020, ressalta uma fonte. O vencedor da disputa pela estatal saberá, porém, que, a partir de 2021, poderá reduzir o quadro de pessoal. Nas concessões de aeroportos realizadas até agora, os funcionários que não foram absorvidos pelo novo concessionário permaneceram na Infraero.

Em 2012, quando o governo deu início aos leilões no setor aeroportuário, a Infraero tinha 14.131 funcionários. Seis anos depois, mesmo após ter transferido ao setor privado nove grandes aeroportos, a empresa ainda tem 9.974, dos quais 1.136 estão cedidos a outros órgãos públicos.

Apesar das restrições a desligamentos, o governo pretende que a Infraero chegue ao fim do ano com um quadro entre 6,5 mil e 7 mil empregados. Cerca de 1.800 funcionários das torres de controle serão transferidos para a nova estatal que será criada, chamada Nav Brasil e que ficará ligada à Aeronáutica. A nova empresa está dependendo apenas da aprovação do Ministério da Fazenda.

RISCO DE FICAR DEPENDENTE DA UNIÃO

Outro argumento do governo para privatizar a Infraero é que, se nada for feito, a empresa ficará totalmente dependente da União, dentro de um ano e meio. Depois de dois anos seguidos de queda, a estatal

54

É o total de aeroportos administrados pela Infraero. Estão nesta lista terminais como Galeão, Santos Dumont, Belém e Goiânia

9.974

É a quantidade total de funcionários da estatal. Atualmente, 1.136 estão cedidos a outros órgãos

R\$ 1,8 bi

Foi o prejuízo da Infraero no ano passado. Foi o quinto ano seguido de perdas da empresa, que registrou lucro pela última vez em 2012, quando os ganhos somaram R\$ 114,6 milhões

registrou resultado operacional positivo de R\$ 505,4 milhões em 2017.

Segundo autoridades envolvidas nas discussões, a solução está prevista no trabalho realizado por uma auditoria especial, contratada pela própria Infraero. Na avaliação de analistas do mercado, há investidores interessados nos ativos da estatal. As regras dos editais e o tratamento a ser dado aos funcionários podem ser cruciais para atrair investidores.

— Há interesse do mercado na concessão dos aeroportos da Infraero desde que o governo assuma os funcionários e que os investimentos sejam por gatilho (que varia de acordo com o movimento nos aeroportos) — disse André

Soutelino, especialista em Direito Aeronáutico. — Quanto aos estudos que serão realizados pelo BNDES, defendo uma aproximação do governo com a academia e o mercado. A Secretaria de Aviação Civil teria que fornecer todos os dados (inclusive o financeiro) dos aeroportos da rede Infraero. Assim, o debate será fortalecido.

De acordo com outra fonte do mercado, seja qual for o modelo adotado pelo governo, será imprescindível incluir aeroportos maiores para assegurar o desenvolvimento dos menores.

— Neste sentido, Santos Dumont e Congonhas são extremamente importantes — observou.






Opinião : Trava

COMO O decreto que regulamenta a nova Lei dos Portos está no centro de investigações sobre corrupção em que o próprio presidente Temer é alvo, negociações sobre a prorrogação do arrendamento de terminais estão paralisadas.

O QUE é compreensível. Mas não se entende por que há atrasos em áreas como o TCU, cujo parecer técnico é necessário para que adaptações de contratos de concessionárias possam ser feitas pelo Ministério dos Transportes, a fim de que investimentos portuários sejam destravados.

IDAS E VINDAS

- 
- 2007
 - Em março, caos aéreo traz à tona gargalos no setor aeroportuário, com uma Infraero inchada
 - Em julho, governo faz mudanças na gestão da Infraero. Governo é pressionado a quebrar o monopólio da estatal
 - 2008
 - Governo inclui Galeão e Viracopos em plano de desestatização
 - 2009
 - Temendo efeito nas eleições, governo desiste de privatizar aeroportos
 - 2012
 - Eleita, Dilma Rousseff decide leiloar Brasília, Guarulhos e Viracopos. Infraero fica com fatia de 49% nos terminais
 - 2013
 - Dilma concede ao setor privado Galeão e Confins. A Infraero manteve fatia de 49%
 - 2017
 - Temer leiloa os aeroportos de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis. A Infraero fica sem participação nos terminais
 - Governo anuncia a concessão de Congonhas e 11 aeroportos em blocos.
 - Pressionado pela Infraero, governo desiste de privatizar Congonhas e anuncia a venda das fatias da Infraero nos aeroportos concedidos.
 - 2018
 - Governo inicia estudos para privatizar toda a rede da Infraero

Dyogo Oliveira defende reinvenção do BNDES

Ao assumir banco, ex-ministro diz que não há mais espaço para subsídio

Danielle Nogueira

O novo presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, tomou posse ontem com o discurso de que o banco terá de se reinventar e se adaptar a um novo cenário, de juros baixos, no qual não há mais espaço para subsídio. Disse ainda que quem bater à porta do banco para tomar crédito será tratado como cliente e não como beneficiado e que o objetivo é tornar a instituição mais ágil na concessão de crédito, para elevar sua competitividade: — Na era do juro baixo, o BNDES será diferente, não será maior nem menor. No passado, o BNDES era o principal financiador de infraestrutura. Não é mais assim. O BNDES será mais ágil, passará a tratar aquele que bate à sua porta não como beneficiário, mas como cliente, que merece ser atendido com rapidez.

Segundo ele, o banco será mais pró-ativo, identificando, especialmente no setor de tecnologia, as empresas que podem ser alvo de apoio. A proatividade vai se somar à agilidade, disse Dyogo.

Na sua visão, como os juros do banco serão próximos aos do mercado, a celeridade nos processos será fundamental. Dyogo não estabeleceu meta de redução de prazo ou de desembolso

— a estimativa de liberação de R\$ 80 bilhões em 2018 está mantida.

"PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO"

Dyogo afirmou também que, nesse cenário de juros baixos, os fundos de pensão, as seguradoras, os family offices "estarão ávidos por aplicações que ofereçam um pouco mais de rentabilidade que os títulos do Tesouro". Por isso, o BNDES deve focar na estruturação de projetos. Segundo ele, os investidores têm reclamado que há escassez de projetos.

— O BNDES tem capacidade para isso (estruturar projetos). Vamos reinventar o BNDES para que continue a ser o que sempre foi, o maior promotor do desenvolvimento do Brasil— disse Dyogo, frisando que o banco vai apoiar micro e pequenas empresas e fortalecer o mercado de capitais.

Análise : Fase de transição

Desafio é manter atratividade de financiamento em cenário de juro baixo

Dyogo Oliveira assume o BNDES num momento de transição. O banco está reduzindo seu tamanho, tem o desafio de emprestar daqui para frente a uma nova taxa, a TLP (Taxa de Longo Prazo), mais próxima à do mercado, e acaba de reorganizar sua diretoria. Tudo isso num cenário econômico que combina juro baixo e retomada do crescimento.

Dyogo é o terceiro presidente do BNDES em menos de dois anos. Seu desafio será justamente o de dotar o banco de instrumentos capazes de manter a atratividade dos financiamentos sem subsídios. Se perder a chance, pode acabar freando o ritmo de recuperação econômica, tal o peso que o BNDES ainda tem na promoção de investimentos.

Dyogo tomou posse ontem defendendo mais proatividade e agilidade nos processos internos do banco.

No primeiro bimestre, o apetite por crédito foi tímido: queda de 30%. A estimativa para o ano, porém, sugere leve melhora: liberação de R\$ 80 bilhões sobre os R\$ 71 bilhões de 2017. Se o empresariado estiver mais confiante na economia e Dyogo e sua equipe conseguirem convencê-lo de que vale a pena tomar crédito junto ao BNDES, pode ser um ponto de inflexão numa curva cadente desde 2013. (D.N.)

Temer defende que bancos públicos devam manter ‘função social’

Até agora, gestão do MDB vinha sendo marcada pela retração da oferta de crédito em instituições estatais

MARIANA CARNEIRO
ENVIADA ESPECIAL AO RIO
NICOLA PAMPLONA
DO RIO

O presidente Michel Temer defendeu nesta segunda-feira (9) que os bancos públicos tenham uma função social.

A afirmação feita durante a posse do novo presidente do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), Dyogo Oliveira, difere das ações tomadas durante sua gestão na Presidência, desde 2016, e indica uma mudança de rumo na atuação das instituições nos meses que antecedem a eleição.

“Os bancos públicos devem ter função social, diferentemente dos bancos pri-

vados”, afirmou Temer. “Os públicos, afora o desenvolvimento econômico do país, também devem perseguir a questão social. Por isso o S do BNDES”, disse.

Na presença do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (MDB), Temer enfatizou a segurança pública. O estado está sob intervenção federal. “Segurança pública é social. O S do BNDES deve ser cada vez mais prestigiado. E isso está sendo feito e certamente continuará sendo feito pelo Dyogo Oliveira.”

O presidente mencionou uma linha de crédito aberta pelo BNDES para a segurança pública. O banco vai dispor R\$ 42 bilhões para segurança nos estados — a meta é liberar R\$ 5 bilhões neste ano.

A gestão Temer havia sido marcada pela redução gradual do tamanho dos bancos públicos, que na gestão Dilma Rousseff chegaram a responder por mais da metade da oferta de crédito do país.

Só neste ano, o banco deverá devolver R\$ 130 bilhões ao governo federal, o que reduz seu caixa disponível para novos financiamentos.

GARANTIAS

O novo presidente do banco disse que os desembolsos dependerão da capacidade dos estados em apresentar garantias para essa operação.

Na semana passada, a AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu parecer dando sinal verde para o uso de recursos dos fundos de participação de estados e municípios como garantia, apesar da resistência da equipe econômica.

Oliveira disse que a autorização para o uso dessas garantias ainda estão em discussão, apesar do parecer jurídico. “O Tesouro vai regulamentar o uso do FPE permitindo [os empréstimos], mas isso será mais bem regulamentado pelo Tesouro”, afirmou.

Ele também prometeu acelerar a análise para a conces-





são de empréstimos, que leva em média seis meses. Afirmou ainda que o banco terá de se reinventar num cenário de maior contenção fiscal.

“Será diferente, não será nem maior nem menor, será diferente. No passado, o BNDES era o único financiador de infra, não é mais assim”, disse. “Temos de rumar para novos horizontes, novas formas de contribuir para o crescimento.”

Na viagem ao Rio, Temer voou com representantes de sua equipe política —o ministro Carlos Marun (articulação política) e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), que tem influência sobre o Ministério do Planejamento e BNDES. Também acompanharam o presidente os interinos da Fazenda e do Planejamento, Eduardo Guardia e Esteves Colnago, além de Henrique Meirelles.

Apesar das mudanças na equipe econômica, Oliveira disse acreditar que a estraté-

gia é a mesma. “Essa é uma equipe nova, que é a mesma de antes. Mesmo time, mesma ideia, todo o mundo mantendo a atuação”, afirmou.

Na plateia, lideranças dos principais setores industriais que têm relações com o BNDES: aço, automotivo, têxtil, máquinas e equipamentos, além dos presidentes da Febraban, Murilo Portugal, do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabucco Cappi, e o sócio do BTG Eduardo Loyo.

Estavam presentes também ex-presidentes do banco, como Maria Silvia Bastos Marques, que deixou o BNDES em maio de 2017.

Em seu discurso de despedida, Paulo Rabello de Castro, que deixa o cargo para concorrer à Presidência pelo PSC, falou das acusações de corrupção e que não foi apresentada prova contra os funcionários do banco, “despedaçado por uma operação policial brutal” que não se justificou.

A nova equipe de governo

Com a posse de nove novos ministros de Estado, que substituem os que deixaram o cargo em razão de suas pretensões eleitorais ou para permitir arranjos técnicos e políticos do governo, o presidente Michel Temer tem pronta a equipe com a qual completará os pouco menos de nove meses que lhe restam de mandato.

Apesar de ser relativamente curto, este será um “momento difícil”, admitiu o presidente, ao dar posse ao novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, que deixou o Ministério do Planejamento. Espera-se que os novos auxiliares diretos do presidente, parte dos quais desconhecida do público, tenham o conhecimento necessário da área na qual atuarão e, sobretudo, sejam rigorosos com o austero uso dos recursos públicos postos à sua disposição.

Todo rigor será pouco, porque o governo não aguenta novos escândalos nem o País está mais disposto a tolerá-los. Na semana passada, o presidente exonerou, além de Dyogo Oliveira, os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles; da Educação, Mendonça Filho; de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho; de Desenvolvimento Social, Osmar Terra; do Esporte, Leonardo Picciani; do Meio Ambiente, José Sarney Filho; do Turismo, Marx Beltrão; e da Integração Nacional, Helder Barbalho.

Também deixaram seus cargos os presidentes dos Correios, Guilherme Campos Júnior; do Banco da Amazônia, Marivaldo Gonçalves de Melo; e do BNDES, Paulo Rabello de Castro. Também será substituído o diretor-geral da Itaipu Binacional, Luiz Fernando Leone de Viana. Os exonerados, com poucas exceções (como Dyogo Oliveira), pretendem disputar cargos eletivos em outubro.

Em seu discurso de posse no BNDES, Oliveira deu indicações do que pretende fazer no cargo. São propostas baseadas em princípios que deveriam se estender a todo o setor público, como “velocidade de resolver e implementar”, “dinamizar com muita qualidade e transparência tudo o que é feito”. Oliveira não pretende, com isso, fazer grandes mudanças em relação às ações

em andamento na instituição, mesmo porque o tempo de que disporá é exíguo.

Procurará, isto sim, fortalecer uma das principais linhas de atuação do banco, que é o financiamento da infraestrutura do País, por meio de dinamização de instrumentos já disponíveis. Da mesma forma, espera-se que o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia – que ocupava a secretaria executiva do Ministério na gestão de Meirelles –, preserve os pontos básicos da política econômica, como o rigor na gestão das finanças federais.

Uma importante tarefa já o aguarda, que é a elaboração do Orçamento da União de 2019, tarefa que executará com a colaboração do novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que, como seu novo colega da Fazenda, tem perfil marcadamente técnico.

Com o estreitamento da parcela de gastos do Orçamento passível de cortes, em razão do aumento das chamadas despesas obrigatórias, a nova equipe terá dificuldade para cumprir as exigências legais, especialmente a chamada “regra de ouro”, norma que impede o governo de contrair dívida para pagar despesas correntes, como a folha de pessoal.

Não se conhece com profundidade a formação de boa parte dos demais novos integrantes da equipe ministerial. Em razão de este ser um ano eleitoral, e marcado por episódios não corriqueiros – como a inédita prisão de um ex-presidente da República condenado por prática de crime comum –, certamente serão fortes as pressões por destinação de recursos para áreas de interesse da base de apoio do governo.

É nesses momentos que precisa se impor uma boa administração, marcada por seriedade, responsabilidade fiscal e competência técnica. Há, no entanto, sinais que preocupam. A demissão, a pedido, do secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, pode tornar mais lento o processo de privatização da Eletrobrás, do qual ele era o grande estimulador dentro do governo.

ANDREZA MATAIS E MARCELO
DE MORAIS

» **Desapega.**

Já fora do cargo, o ex-ministro Henrique Meirelles participou de eventos do governo sexta, sábado e segunda, quando até falou na posse de Dyogo Oliveira no BNDES. Ontem, ele foi a debate de presidenciais. No MDB, seu partido, o candidato é Michel Temer.

Presidente vai dar posse a novos ministros hoje

O presidente Michel Temer dará posse hoje a pelo menos 11 novos ministros em cerimônia que será realizada no Palácio do Planalto. O atual interino da Fazenda, Eduardo Guardia, será oficializado no lugar de Henrique Meirelles, que deixou o cargo na sexta-feira para tentar concorrer às eleições. Moreira Franco assumirá o Ministério de Minas e Energia e deixará a Secretaria- Geral.

Nova equipe econômica teme não ter força para conter despesas

Novo ministro não teria o mesmo trânsito que Meirelles tinha com o presidente Temer e nem a mesma autonomia

Adriana Fernandes- BRASÍLIA

O risco de isolamento da nova equipe econômica é a principal preocupação no Ministério da Fazenda. O temor, segundo fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, é que o ministro Eduardo Guardia não tenha canal de comunicação com o Palácio do Planalto e a mesma liberdade de ação que o seu antecessor Henrique Meirelles, que deixou o cargo para tentar viabilizar sua candidatura à Presidência.

Guardia será efetivado hoje como ministro da Fazenda em cerimônia no Palácio do Planalto. Por enquanto, integrantes do primeiro escalão do ministério, que chegou a ser apelidado de "dream team", seguem com Guardia na Fazenda, mas baixas mais à frente estão no radar e ficam dependentes da articulação do governo para manter a direção de política econômica e barrar novas perdas de receitas e aumento de despesas. A avaliação de

integrantes do primeiro escalão da equipe econômica é a de que o protagonismo do Ministério da Fazenda não é mais o mesmo do início do governo e pode diminuir ainda mais.

Uma das cotadas para assumir a secretaria executiva do ministério é a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, que também não tem trânsito muito bom com parlamentares da base de governo, o que poderia dificultar o diálogo com o grupo de ministros mais próximos do presidente Michel Temer e aumentar ainda mais a resistência às medidas de contenção das despesas. Segundo um integrante da equipe econômica, a semana passada foi muito ruim para o ajuste fiscal com a derrubada de vetos presidenciais, principalmente com o Refis (parcelamento de débitos tributários) das micro e pequenas empresas e de produtores rurais.

Receitas. A perda de receita significa revisão do Orçamento não só de 2018, mas também em 2019. A meta indicativa de déficit de R\$ 139 bilhões para o ano que

vem, que contava com uma folga de R\$ 10 bilhões, poderia cair para um déficit de R\$ 129 bilhões, mas já não há mais espaço agora para essa melhora.

A meta indicativa deverá se referendada no envio ao Congresso na sexta-feira do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem. Os técnicos do ministérios do Planejamento e da Fazenda defendem a manutenção dessa meta, que não considera receitas atípicas que dependem de decisões de política econômica ainda não aprovadas.

Além do impacto dos vetos na arrecadação em 2018, o governo perdeu receitas também em 2019, valor que, num cálculo preliminar, supera R\$ 10 bilhões. A equipe econômica também já não pode contar em 2019 com a arrecadação de R\$ 2,2 bilhões com a Medida Provisória que elevava de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores. A MP perdeu validade. Também caducou a MP que eleva a tributação de fundos de investimentos exclusivos para investidores de alta renda.

**Dyogo assume e diz que BNDES
agora vai ser diferente**

O ex-ministro de Planejamento, Dyogo Oliveira tomou posse ontem como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na cerimônia de posse, prestigiada pelo presidente Michel Temer e ministros de governo, Dyogo defendeu o legado do atual governo e disse que o País vive um novo ciclo de crescimento, que deverá durar de 10 a 12 anos e no qual o banco terá papel crucial. "Na era de juros baixos, o BNDES será diferente.

Não será nem maior nem menor, será diferente", garantiu o novo presidente do banco, que pediu que a atual diretoria permanecesse, anunciou que revisará o planejamento estratégico, mas prometeu manter as metas de desembolso. Além de Temer, dois presidentiáveis assistiram a posse: Henrique Meirelles e Paulo Rabello de Castro.

GOVERNO »**Dyogo quer BNDES mais ágil no crédito**

Segundo Oliveira, o papel da instituição não é mais o de oferecer recursos com juros subsidiados

Novo presidente do banco diz que vai abrir oportunidades para todas as companhias com potencial de crescimento, evitando a estratégia adotada no governo passado de escolher "campeões nacionais". E promete atenção especial a pequenas e médias empresas

» ROSANA HESSEL

O ex-ministro do Planejamento Dyogo Oliveira tomou posse ontem na presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a promessa

de agilizar os empréstimos da instituição. “Trabalharemos em um processo de digitalização para permitir mais celeridade na aprovação e liberação dos recursos. O banco vai dinamizar sua atuação, mas com muito controle e transparência”, afirmou Oliveira. A cerimônia, na sede da instituição, no Rio de Janeiro, contou com a presença do presidente Michel Temer.

No discurso, o ex-ministro destacou que o BNDES deverá atuar em conjunto com outros bancos para promover, desenvolver e estruturar grandes projetos

produtivos e de infraestrutura. “Não vamos ficar apenas esperando que nos batam à porta. Vamos buscar oportunidades de investimento, desenvolver projetos, buscar parceiros corretos, com transparência”, afirmou. Ele ainda destacou que dará “atenção especial” às micro, pequenas e médias empresas do setor industrial, além de continuar apoiando o comércio exterior e a internacionalização das companhias brasileiras.

Oliveira ressaltou que o banco estará focado na identificação de médias empresas com potencial de expansão e evitará a estratégia dos governos petistas de apoiar “grandes campeões nacionais”. “Em vez de focar apenas em grandes empresas e escolher os vencedores, vamos abrir oportunidade para todos que tenham potencial e permitir que se desenvolvam”, completou.

O novo presidente elogiou Temer, que concordou em nomear ministro do Planejamento Eteves Colnago, secretário executivo e seu braço direito na pasta. “A história lhe fará justiça, presidente. Seu governo será lembrado como o que realizou mais reformas num período tão curto”, disse o ex-ministro, citando os números da recuperação econômica, após uma situação que classificou como “o fundo do poço mais fundo onde nunca o Brasil havia estado”.





Transparência

Oliveira é o terceiro presidente do BNDES do governo Temer. Após um ano no cargo, a administradora Maria Sílvia Bastos Marques deixou o comando do banco em maio de 2017, alegando motivos pessoais. A decisão foi anunciada poucos dias após a divulgação da primeira acusação de corrupção contra o chefe do Executivo, feita pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da JBS. A principal crítica à executiva na época era a de que o banco, embora tivesse bastante liquidez, não conseguia liberar rapidamente os empréstimos às empresas.

O economista Paulo Rabello de Castro, até então presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assumiu o comando do BNDES em maio de 2017, cargo que deixou para concorrer à Presidência da República pelo PSC.

Apesar da troca sucessiva de presidentes, especialistas reconhecem que, desde o início do governo Temer, o banco passou a atuar no mercado de forma mais transparente. A instituição, inclusive, voltou a repassar dividendos para a União. “Minha impressão é que não deve mudar muita coisa com a nova gestão. Trata-se de mais uma questão da contingência que estamos vivendo. Não vejo como pode

piorar. A situação, em geral, é mais difícil”, avaliou o economista e especialista em contas públicas Raul Velloso. “Não consigo ver nada contra a indicação de Dyogo, porque ele mostrou eficiência no comando do Planejamento”, destacou.

Após receber mais de R\$ 400 bilhões do Tesouro Nacional no governo Dilma Rousseff, o BNDES vem reduzindo o volume de empréstimos. Entre 2016 e 2017, os desembolsos da instituição recuaram 22,4%, somando R\$ 72,1 bilhões, o menor volume registrado na série histórica levantada pela Tendências Consultoria, com início em 2003. O volume de operações da instituição atingiu o pico em 2010, somando R\$ 266,9 bilhões, e vem caindo desde então. Para este ano, a previsão era de R\$ 90 bilhões, mas foi reduzida por Castro para R\$ 80 bilhões. Desse montante, R\$ 13 bilhões serão para o setor de energia elétrica.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências, lembrou que a queda dos desembolsos está mais relacionada à redução da demanda que à oferta de crédito. “Passamos por uma crise muito dura e as empresas não estavam com condições de tomar empréstimos. Agora, com a economia se recuperando, é possível que a demanda, aos poucos, volte”, apostou.

Na avaliação de Dyogo Oliveira, a diminuição do volume de crédito não é um desafio, mas “uma grande oportunidade”. “O Brasil mudou de patamar. Não vai ter mais os juros básicos do passado e o papel do banco não será mais o de oferecer juros subsidiados, porque a TLP (nova taxa de juros dos empréstimos do banco estatal) estará muito próxima às taxas do mercado”, afirmou.

Mais otimismo com o Brasil

A agência de classificação de risco Moody’s melhorou a perspectiva de nota de crédito do Brasil de negativa para estável. Apontou que há expectativa de que as “reformas fiscais” serão aprovadas no próximo governo e vê o crescimento econômico do país mais forte do que o esperado a curto e médio prazos. O movimento é contrário ao de outras agências, que acham incerta a votação dessas medidas. “A Moody’s acredita, em resumo, que os riscos negativos para o crescimento e as incertezas relacionadas ao ímpeto para reformas, que levaram à atribuição da perspectiva negativa para o rating Ba2 em maio do ano passado, diminuiram”, informou em nota. O Ministério da Fazenda atribuiu a melhora às ações realizadas pela equipe econômica desde maio de 2016.





Novo comando

O BNDES tem o terceiro presidente desde maio de 2016. Dyogo Oliveira assume com o compromisso de agilizar os empréstimos do banco, que voltou a pagar dividendos

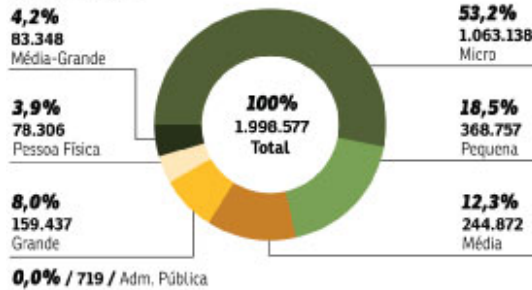
EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS



PERFIL DOS TOMADORES

Quantidade de projetos aprovados entre 2009 e 2017

Porte do cliente



EVOLUÇÃO DOS DIVIDENDOS PAGOS PELO BNDES AO TESOURO

Em R\$ bilhões



EVOLUÇÃO DOS REPASSES DO TESOURO NACIONAL AO BNDES

Em R\$ bilhões

Total 2006-2016	442,7
Total atualizado 2006-2016	665,2*

INVESTIMENTOS EM QUEDA

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) foi um dos principais programas do BNDES no governo Dilma e agora só encolhe

Em R\$ bilhões:	
Jan-fev 2017	4,5
Jan-fev 2018	2,8
Variação:	
Em R\$ bilhões	-1,7
Em %	-37,0

*dados do BNDES

Fontes: Tendências Consultoria, BNDES e Tesouro Nacional



GOVERNO »

Sem agenda no Congresso

Os novos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia, assumem, hoje, as respectivas pastas sem despertar grandes expectativas do mercado. Os dois são considerados de perfil técnico e de pouco traquejo para negociação política, o que dificulta a discussão e aprovação de pautas econômicas no Congresso Nacional. Os analistas avaliam que não haverá uma grande agenda nas duas áreas nos próximos oito meses, quando terminam as gestões.

“O governo dificilmente conseguirá aprovar propostas mais espinhosas no Congresso, como a reoneração da folha e a privatização da Eletrobras, apesar de Moreira Franco (que assume a pasta de Minas e Energia hoje) afirmar que será a prioridade”, avalia a economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria. “Acho muito difícil, porque a equipe apenas conseguirá avançar em temas de baixo impacto político, como é o caso do cadastro positivo. No fim, eles vão tentar tocar o barco até

dezembro e bloquear outras pautas-bombas que acabam tendo impacto fiscal forte”, destacou.

O projeto de reoneração da folha, por exemplo, está na Câmara dos Deputados desde o ano passado, sob relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Ele discorda da equipe econômica na quantidade de setores que vão manter o benefício tributário. De acordo com analistas, a falta de força política dos novos ministros deve fazer prevalecer a posição do parlamentar.

O economista-chefe da Rio Bravo, Evandro Buccini, já não espera “resultados positivos”. “A reoneração é um assunto que está sendo requeitado há dois anos, mas acho que a receita está vindo muito boa (para o governo federal). Então, independentemente do que for aprovado, não deve ser um grande problema para as contas públicas”, destacou. Para ele, os novos ministros devem recorrer a medidas que não precisem passar para o Congresso, como pequenas mudanças microeconômicas.

Mobilização

O economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, afirma que, de fato, a capacidade de o governo federal avançar em agenda econômica é muito pequena. “Há uma intervenção (no Rio de Janeiro), que impossibilita alterar a Constituição, além disso, assuntos mais agudos não serão feitos, até mesmo porque (o presidente Michel) Temer quer preservar sua capacidade de mobilização no Congresso numa eventual terceira denúncia”, disse.

Perfeito também destacou que 2018, por ser um ano eleitoral, não deve trazer muitas emoções nas votações das duas Casas Legislativas. “Outras áreas vão continuar com suas ações, mas, do ponto de vista econômico, não deve ocorrer. Economia está ligado à política, então dificilmente haverá temas de reformas ou polêmicos”, apontou. (HF e RH)